

M&M IMPORTAÇÃO E ECOMMERCE DE INFJUCESP PROTOCOLO
0.336.478/22-7**INSTRUMENTO PARTICULAR DA 1ª ALTERAÇÃO CONT
EMPRESÁRIA DO TIPO LIMITADA****M&M IMPORTAÇÃO E ECOMMERCE DE INFORMÁTICA LTDA**
CNPJ: 27.414.128/0001-58
NIRE: 35230497011**Pelo presente instrumento particular:**

1º) CAIO AUGUSTO TEIXEIRA MOMI, brasileiro, solteiro, empresário, portador da cédula de identidade RG n.º 34.539.185-8 SSP/SP e do C.P.F. n.º 361.218.188-24, residente e domiciliado na Al. Das Perobas n.º 118 - Morada dos Pinheiros (Aldeia da Serra)- Santana de Parnaíba - SP, CEP 06519-335;

2º) CAIO CARVALHO MARQUES, brasileiro, solteiro, empresário, portador da cédula de identidade RG n.º 32.775.809-0 SSP/SP e do C.P.F. n.º 411.559.688-08, residente e domiciliado na Av. do Tubarão n.º 80 - Apto. 82 - São José dos Campos - SP, CEP 12246-140;

Únicos sócios da sociedade empresaria do tipo limitada **M&M IMPORTAÇÃO E ECOMMERCE DE INFORMÁTICA LTDA**, devidamente inscrita no CNPJ sob n.º 27.414.128/0001-58, com sede e domicílio legal na cidade de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, Al. Das Perobas n.º 118 - Morada dos Pinheiros (Aldeia da Serra) - CEP 06519-335, inscrito na junta comercial do Estado de São Paulo, sob o n.º NIRE 35230497011 em 29/03/2017, tem entre si, justo e contratado, esta 1ª (primeira) alteração do contrato social, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA: A sociedade passa a ter o seguinte objeto social:

A sociedade declara que está organizada para exercer a atividade empresarial conforme determina o artigo 966 e 982 da Lei n.º 10.406/2002 com o objetivo social de importação e comércio pela internet e telefone de equipamentos e materiais de informática, programas de computador não customizáveis (47.51-2-00); atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico (80.20-0-01); reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos (95.11-8-00); reparação e manutenção de equipamentos eletroeletrônicos de uso pessoal e doméstico (95.21-5-00); manutenção e reparação de aparelhos e instrumentos de medida, teste e controle (33.12-1-02); manutenção e reparação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos não especificados anteriormente (33.13-9-99); manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para uso geral não especificados anteriormente (33.14-7-10); manutenção e reparação de equipamentos e produtos não especificados anteriormente (33.19-8-00); instalação de outros equipamentos não especificados anteriormente (33.29-5-99); instalação e manutenção elétrica (43.21-5-00); comércio atacadista de equipamentos elétricos de uso pessoal e doméstico (46.49-4-01); comércio atacadista de aparelhos eletrônicos de uso pessoal e doméstico (46.49-4-02); comércio atacadista de lustres; luminárias e abajures (46.49-4-06); comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente, partes e peças (46.69-9-99).

CLAUSULA SEGUNDA: O capital social que era de R\$ 1.000,00 (Um mil reais), passa a ser de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais) representado por 150.000 (Cento e cinquenta mil quotas) quotas de capital, no valor nominal de R\$ 1,00 (Um real) cada uma, cujo aumento é totalmente subscrito e integralizado, neste ato, em moeda corrente nacional, pelos sócios. Em decorrência do aumento de capital social, este fica assim distribuído:

Nome dos Sócios	Quotas	%	Capital (R\$)
Caio Augusto Teixeira Momi	76.500	51%	76.500,00
Caio Carvalho Marques	73.500	49%	73.500,00
Totais	150.000	100%	150.000,00

1

Este documento foi assinado digitalmente por Caio Augusto Teixeira Momi.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código CEA6-97A9-1BF0-83E1.

Este documento foi assinado digitalmente por Caio Augusto Teixeira Momi.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código CEA6-97A9-1BF0-83E1.

CLAUSULA TERCEIRA: Sendo esses os ajustes que deveriam ser feitos, permanecem inalteradas todas as demais cláusulas e parágrafos não modificados por esta alteração e, em razão das alterações acima referidas, os sócios resolvem consolidar o contrato social, conforme as cláusulas e condições seguintes:

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA EMPRESA

M&M IMPORTAÇÃO E ECOMMERCE DE INFORMÁTICA LTDA

I. CAIO AUGUSTO TEIXEIRA MOMI, brasileiro, solteiro, empresário, portador da cédula de identidade RG n.º 34.539.185-8 SSP/SP e do C.P.F. n.º 361.218.188-24, residente e domiciliado na Al. Das Perobas nº 118 - Morada dos Pinheiros (Aldeia da Serra)- Santana de Parnaíba - SP, CEP 06519-335;

II. CAIO CARVALHO MARQUES, brasileiro, solteiro, empresário, portador da cédula de identidade RG n.º 32.775.809-0 SSP/SP e do C.P.F. n.º 411.559.688-08, residente e domiciliado na Av. do Tubarão nº 80 - Apto. 82 - São José dos Campos - SP, CEP 12246-140;

Resolvem, neste ato, constituir, como de fato constituído têm, uma sociedade empresária limitada, que será regida pela Lei nº 10.406/02, combinado com o Decreto-Lei nº 9.295/46, bem como, pelas seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - DA DENOMINAÇÃO, SEDE E DOMICÍLIO LEGAL

A Sociedade denomina-se **M&M IMPORTAÇÃO E ECOMMERCE DE INFORMÁTICA LTDA** e tem sede e domicílio legal na cidade de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, Al. Das Perobas nº 118 - Morada dos Pinheiros (Aldeia da Serra) - CEP 06519-335.

Parágrafo Único:

A Sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

Cláusula Segunda - DO OBJETO SOCIAL

A Sociedade tem por objeto:

A sociedade declara que está organizada para exercer a atividade empresarial conforme determina o artigo 966 e 982 da Lei nº 10.406/2002 com o objetivo social de importação e comércio pela internet e telefone de equipamentos e materiais de informática, programas de computador não customizáveis (47.51-2-00); atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico (80.20-0-01); reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos (95.11-8-00); reparação e manutenção de equipamentos eletroeletrônicos de uso pessoal e doméstico (95.21-5-00); manutenção e reparação de aparelhos e instrumentos de medida, teste e controle (33.12-1-02); manutenção e reparação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos não especificados anteriormente (33.13-9-99); manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para uso geral não especificados anteriormente (33.14-7-10); manutenção e reparação de equipamentos e produtos não especificados anteriormente (33.19-8-00); instalação de outros equipamentos não especificados anteriormente (33.29-5-99); instalação e manutenção elétrica (43.21-5-00); comércio atacadista de equipamentos elétricos de uso pessoal e doméstico (46.49-4-01); comércio atacadista de aparelhos eletrônicos de uso pessoal e doméstico (46.49-4-02); comércio atacadista de lustres; luminárias e abajures (46.49-4-06); comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente, partes e peças (46.69-9-99).

Cláusula Terceira - DO INÍCIO DE ATIVIDADES E DO PRAZO DE DURAÇÃO

A sociedade terá o início de suas atividades em março de 2017 e o prazo de duração da Sociedade é por tempo indeterminado.

Cláusula Quarta - DO CAPITAL

Cláusula Quarta - DO CAPITAL

O Capital Social da sociedade é de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), dividido em 150.000 (Cento e cinquenta mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (Um real) cada, totalmente integralizado em moeda corrente nacional, e distribuído entre os sócios da seguinte forma:

Nome dos Sócios	Quotas	%	Capital (R\$)
Caio Augusto Teixeira Momi	76.500	51%	76.500,00
Caio Carvalho Marques	73.500	49%	73.500,00
Totais	150.000	100%	150.000,00

Parágrafo Primeiro:

Cada quota confere o direito a um voto nas deliberações dos sócios, que serão tomadas mediante o voto favorável dos sócios representando a maioria do Capital Social, exceto se de outra forma exigido por lei ou disposto neste Contrato Social.

Parágrafo Segundo:

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos os sócios respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do artigo 1.052 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

Cláusula Quinta - DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da sociedade será exercida por ambos os sócios, já devidamente qualificados, que terão as atribuições e os poderes que a lei confere aos administradores das sociedades, podendo fazer uso da denominação social, assinando isoladamente, ficando ressalvado, entretanto, que a representação individual da Sociedade, nessas condições, se restringirá à prática de atos de rotina perante repartições públicas federais, estaduais ou municipais, autarquias, Secretaria da Receita Federal do Brasil e suas Delegacias e Inspetorias, Empresa Pública de Economia Mista, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, assinatura eletrônica certificado digital, assinatura de proposta para licitações e concorrências particulares; quitação por pagamentos feitos à Sociedade em cheques a favor desta; atuar como preposto na Justiça do Trabalho; emissão de duplicatas, endosso de duplicatas, letras de câmbio e outros títulos de crédito, exclusivamente para cobrança ou desconto bancário e consecutivo depósito em conta corrente da Sociedade, sendo vedada, todavia, a prática de atividades estranhas ao interesse social da sociedade ou a assunção de obrigações que não se relacionem com o objeto social da sociedade, tais como: a prestação de avais, endossos, abonos, fianças, empréstimos e financiamentos, confissão de dívidas e outros documentos análogos que acarretem responsabilidades para a sociedade, quando deverá assinar em conjunto com o outro sócio.

Parágrafo Primeiro:

As procurações outorgadas em nome da Sociedade, para assuntos relacionados nesta cláusula, deverão obrigatoriamente ser assinadas pelo sócio administrador CAIO AUGUSTO TEIXEIRA MOMI.

Parágrafo Segundo:

Os procuradores legalmente constituídos, nos termos do parágrafo acima, assinarão sempre em conjunto, ou isoladamente, sempre de acordo com o determinado no instrumento de procuração, devendo, ainda, estarem especificados os poderes concedidos, com exceção, porém, daquele pertinente a responsabilidade técnica que é privativa dos sócios já qualificados.

Cláusula Sexta - DA REUNIÃO DE SÓCIOS

Os sócios reunir-se-ão sempre que o interesse social assim o exigir. Entretanto, qualquer deliberação que demandar a manifestação dos sócios poderá ser tida como validamente tomada, independentemente de realização de Reunião, se expressa mediante instrumento escrito, firmado pelos sócios representando a totalidade do capital social.

Parágrafo Primeiro:

As Reuniões dos Sócios serão realizadas nos casos previstos em lei.

Parágrafo Segundo:

Parágrafo Terceiro:

A sociedade poderá manter um livro de Atas das Reuniões dos Sócios, no qual as Atas das Reuniões dos Sócios serão lavradas.

Cláusula Setima - DA CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS

As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas a venda, formalizando, se realizada a sessão delas, a alteração contratual pertinente.

Cláusula Oitava - DO EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E LUCROS E PERDAS

Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo a elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas a distribuição dos lucros e perdas, bem como o pagamento de juros sobre o capital, nos termos da legislação fiscal em vigor.

Parágrafo Primeiro:

As Demonstrações Financeiras serão disponibilizadas aos sócios dentro de 10 (dez) dias após terem sido concluídas, prazo esse que não excederá a 30 de abril do exercício seguinte.

Parágrafo Segundo:

É permitida a distribuição antecipada dos lucros do exercício, desde que aprovadas em reunião dos sócios, observadas as disponibilidades financeiras da sociedade e a obrigatoriedade de reposição dos lucros quando a distribuição antecipada afetar o Capital Social, de acordo com o artigo 1059 da Lei nº 10.406/2002.

Cláusula Nona - DA RETIRADA DE PRÓ-LABORE

Pelos serviços prestados na administração dos negócios sociais, os administradores poderão, conforme aprovador pelos sócios, ter uma retirada mensal, a título de pró-labore, observadas as disposições legais pertinentes.

Cláusula Decima - DA CONTINUAÇÃO DA SOCIEDADE

A retirada, a concordata ou a falência de qualquer dos sócios não acarretará a dissolução da Sociedade. No caso de vir a ocorrer alguma eventualidade como os ora mencionados, as quotas do sócio que se retira, concordatário ou falido serão adquiridas pela Sociedade, se as condições de mercado assim permitirem, ou pelo sócio remanescente, por seu valor contábil, conforme estabelecido no último balanço da Sociedade e pagas em 12 (doze) prestações corrigidas monetariamente de acordo com a variação do índice IPC-R, devendo o sócio remanescente, em qualquer hipótese, recompor a Sociedade com terceiros, em até 180 (cento e oitenta) dias.

Cláusula Décima Primeira - DA DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE, FALECIMENTO OU DIVERGÊNCIAS SOCIAIS

10.1) DA DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE

No caso da liquidação da sociedade, os sócios nomearão, um liquidante com poderes para cumprir todos os procedimentos legais, procedendo à partilha que será feita proporcionalmente às quotas de capital de que cada um possuir.

10.2) DO FALECIMENTO

Na hipótese de falecimento ou tornando-se interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz.

Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do sócio remanescente, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data de ocorrência do evento, verificado em balanço especialmente levantado.

Parágrafo Único:



O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade decida em relação a seus sócios.

Cláusula Décima Segunda - DA LIQUIDAÇÃO

Em caso de liquidação da Sociedade, o procedimento estabelecido em lei será adotado e observado, com a nomeação, por sócio (s) representando a maioria do capital social, de um ou mais liquidantes para operar a Sociedade durante a liquidação.

Cláusula Décima Terceira - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

O presente Contrato Social poderá ser alterado, a qualquer tempo, através da deliberação dos sócios bem como para a deliberação sobre a incorporação, a fusão e a dissolução da sociedade, ou a cessação do seu estado de liquidação.

Cláusula Décima Quarta - DA TRANSFORMAÇÃO

A Sociedade poderá ser transformada em outro tipo societário por deliberação dos sócios, reunidos em Reunião de Sócios, cabendo ao sócio dissidente o direito de se retirar da Sociedade, nos 30 (trinta) dias subsequentes à reunião que deliberou a transformação.

Cláusula Décima Quinta - DA REGÊNCIA SUPLETIVA

A Sociedade rege-se pelo presente Contrato Social, pela Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e, em suas omissões, supletivamente, pelas disposições contidas na Lei de Sociedade por Ações (Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e demais alterações posteriores).

Cláusula Décima Sexta - DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO:

Os Administradores nomeados declaram sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Cláusula Décima Setima - DO FORO

Para todas as questões oriundas deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Barueri, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

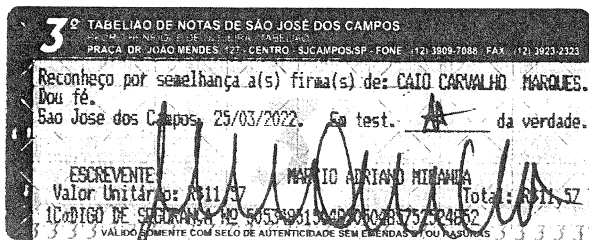
Santana de Parnaíba, 16 de março de 2022.

Sócios e Administradores

CAIO AUGUSTO TEIXEIRA MOMI

CAIO CARVALHO MARQUES

3º Tabelião



TERCEIRO TABELIAO DE NOTAS
Mário Adriano Miranda
Escrivente Habilitado

Este documento foi assinado digitalmente por Caio Augusto Teixeira Momi.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código CEA6-97A9-1BF0-83E1.

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por Luciano Tadeu da Costa, em sexta-feira, 27 de dezembro de 2024 15:02:33 GMT-03:00, CNS: 11.209-4 - 1º TABELÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 149/2023 CNJ - artigo 305.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/CEA6-97A9-1BF0-83E1> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: CEA6-97A9-1BF0-83E1



Hash do Documento

EEB25BD01B598A02DD75884C480E39733507E5B9DC9FF62E5603A83741561954

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 22/03/2022 é(são) :

☒ Caio Augusto Teixeira Momi - 361.218.188-24 em 22/03/2022

17:09 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital

